

NOÇÕES DE CORPOREIDADE DE QUEM E PARA QUEM?

Fernando Luiz Cardoso*

Apesar da diversidade biológica do “homo sapiens sapiens”, pode-se dizer que temos um corpo universal. Entretanto, a percepção dessa estrutura morfo-funcional é variada e muito relativa.

De acordo com os valores culturais de cada sociedade, o corpo e seus referentes terão diferentes espaços e status na organização social, material e simbólica.

O objetivo desse “paper” resume-se na tentativa de demonstrar a ênfase que o mundo ocidental e, mais especificamente a Educação Física, expressa na noção de “indivíduo” em detrimento da noção de “pessoa” na sua prática pedagógica.

Esse intento justifica-se pela possibilidade de tomada de consciência do corpo docente da área de que a categoria “indivíduo”, em nossa so-

ciiedade, trata-se de uma construção cultural e não de apenas uma categoria natural. Isto pode propiciar a relativização da prática pedagógica ao se considerar, também, a subjetividade da “pessoa”.

Corporeidade na Sociedade Occidental

A ênfase na noção de “indivíduo” em nossa sociedade “civilizada”, favoreceu a percepção de uma natureza biológica e pronta. Assim, não temos rituais de construção física do corpo, como em algumas sociedades indígenas, pois, “a priori”, este já está pronto. No entanto, há o controle do corpo com objetivo de colocá-lo em acordo com os valores de utilidade e estética vigente em distintas épocas de nossa civilização.

* Mestre em Antropologia Social/UFSC. Professor do CEFID/UDESC.

Segundo os evolucionistas, os nossos antepassados primitivos passaram por um processo de adaptação entre constituição corporal e a sua funcionalidade, quando a atividade física (corporal) foi principal meio de sobrevivência.

Ao caçar, pescar e colher tinham os homens que interagir corporalmente gastando energia para conseguir mais energia. Atividades naturais básicas como andar, saltar, trepar, carregar, faziam parte do cotidiano desse corpo utilitário, que interagia com qualidades físicas como tonicidade muscular, resistência orgânica, agilidade, adaptação orgânica, entre outras. Para os filósofos, o corpo utilitarista do homem primitivo desemborcou na busca do equilíbrio com a mente e o espírito junto ao período helênico.

O advento da agricultura permitiu o planejamento e o armazenamento das fontes alimentares. A partir daí, a população humana passou a ser atingida por constantes explosões demográficas que, até o final da idade medieval, eram relativamente controladas pelas grandes epidemias na Europa.

Somente a partir do surgimento da Revolução Industrial e a articulação do sistema capitalista de produção, que a nossa sociedade passa a conviver com um excedente de produção jamais visto.

O controle e a comercialização desse excedente produtivo rearticulou um sistema de classes pautado em novas condições materiais de exis-

tência. Surge aí, a classe burguesa que sucede o regime feudal na Europa.

Logo, uma obra de arte do século XVII ou XVIII, que exaltasse a beleza de uma mulher gorda, detentora de curvas acentuadas com grandes quadris e seios, denotaria o valor de sensualidade e estética de uma época que primava pelo excesso corporal.

O corpo, que foi depreciado na Idade Média, voltou a ser valorizado com o Renascimento no século XV e XVI. E ganhou excesso, individualidade e privacidade na classe burguesa do século XVIII.

Atualmente, o padrão de estética corporal caracteriza-se pelo biotipo longilíneo e magro, onde não se poupa esforços para se perder um "quilinho a mais" ou melhor delinear um grupo muscular.

Esse aforisma à corporeidade pode ter muitas explicações como: o valor estético (o belo), o valor homeostático (funcional), o valor interativo (a comunicação) e o valor sexual (o sensual).

Mas esses valores não têm o mesmo nível de influência em nossas modernas sociedades ocidentais civilizadas. Por exemplo, o valor sexual da corporeidade parece muito mais acentuado nas culturas mediterrâneas do que nas culturas anglo-saxônicas.

O valor interativo corporal está mais presente para os latinos do que para os norte-americanos e norte-europeus, através da proximidade do diálogo e do toque corporal.

De forma geral, todas as sociedades buscam uma noção ou compreensão de corporeidade. Apesar da grande relatividade cultural da espécie, pode-se dizer que as culturas humanas partilham de uma mesma situação dual: o eu individual e o eu coletivo.

A Pessoa em Mauss (1974)

A grande contribuição desse autor, foi um estudo preliminar diacrônico sobre a construção e a evolução do conceito de “pessoa” (do “eu individual”) em nossas sociedades letradas, a partir de alguns estudos etnográficos e antropológicos sobre povos “primitivos” de sua época.

Marcel Mauss deixou muito claro que a concepção de indivíduo que temos na atualidade, não é algo natural que compõe a essência humana, mas um conceito muito recente, construído a partir do pensamento político e filosófico gerado ao longo da construção do capitalismo.

A tradição de Mauss assume radicalmente o papel formador que as categorias coletivas de uma sociedade exercem sobre a organização e práticas concretas da mesma. Torna-se, então, impossível compreender outros universos sócio-culturais através de noções apenas particulares como a de “indivíduo”, típico de nossa cultura.

A noção de “indivíduo” para a sociedade ocidental foi consolidada na Revolução Francesa que, sob o

lema liberdade, igualdade e fraternidade, tornou todos iguais perante a lei. A noção de “indivíduo” ganhou, assim, mais clareza e a conotação de uma unidade viva, natural e interativa do grupo que congrega semelhantes com os mesmos direitos e deveres.

O autor demonstrou outra categoria, com a noção de “pessoa”, como um instrumento da organização da experiência social, sendo, então, esta construção coletiva que dá significado ao vivido, que é um constructo.

Ele entende a categoria “pessoa” como sendo o sujeito das relações sociais, que conduz ao pólo tradicional do sistema. E a categoria “indivíduo” como sujeito das leis universais que atuam e dinamizam a sociedade (Brumana, 1983).

Nesta mesma linha de pensamento, Dumont (1970), ao estudar o sistema de castas da Índia, a partir da visão dos próprios nativos - uma análise êmica - percebeu modelos estruturantes distintos entre esta e a nossa sociedade ocidental. Distinção que também fundamentou-se nas noções de indivíduo e pessoa, onde passou a classificar as sociedades de forma geral em: “societas”, onde vigora o contrato social de seres autônomos e a “universitas”, onde vigora a hierarquia como modelo estrutural, numa concepção humana pronta.

No modelo proposto por Dumont, na “societas” a ênfase está no indivíduo, enquanto na “universitas” a ênfase recai sobre a pessoa (Viveiros de Castro, 1978). Observem que a raiz do etnocentrismo

das Ciências Sociais e de outras áreas, como a Educação Física, advém da confusão entre a noção do “ego” como ser empírico, membro da espécie humana comum em todas as sociedades (indivíduo) e a noção de “ego” como valor de representação básica da sociedade (pessoa).

Na moderna sociedade ocidental, caracterizada pelo “individualismo”, a noção de indivíduo tem primazia, mas exceções existem. E a cultura brasileira é um bom exemplo disso.

A Pessoa em DaMatta (1991)

A partir desses dois conceitos de análise, “indivíduo e pessoa” para “ego”, proposto por Mauss, pode-se dizer que, na cultura brasileira o conceito de “indivíduo” é relacional, dando maior importância à noção de “pessoa”, enquanto que nos países modernos, como os EUA e demais países anglo-saxões, a ênfase recai sobre a noção de “indivíduo”.

DaMatta ilustra bem esse conceito relacional do ego em nossa sociedade quando diz que também reconhecemos o direito de igualdade entre todos os cidadãos brasileiros.

Mas, se todos têm os mesmos direitos nesse país, alguns garantem com mais facilidade o acesso aos mesmos. Se os “indivíduos” são iguais perante a justiça e as leis de forma em geral, a “pessoa”, na cultura brasileira, é diferente.

Por exemplo, quando Fulano é filho de Siclano ou conhece o Beltrano,

pode conseguir “atalho” no tradicional processo burocrático brasileiro ou até mesmo ter preferência a um emprego ou colocação.

A melhor ilustração da noção relacional de pessoa na cultura brasileira foi a recente chegada no país da “Seleção Brasileira de Futebol”. A equipe tetra campeã de futebol negou-se a pagar as taxas de importação alfandegária imposta a todo cidadão brasileiro (indivíduo), sob a desculpa de serem eles os “tetracampeões” do mundo (pessoas ilustres). E com eles, os ricos não ilustres. Daí a concepção nacional do “jeitinho brasileiro”.

A Pessoa em Seeger, DaMatta, Viveiros de Castro (1987)

Atualmente, depois de Mauss, Dumont e Geertz, institucionalizou-se que a visão ocidental de indivíduo trata-se de algo particular e histórico.

Apesar das diferenças entre os autores contemporâneos que abordaram o papel do corpo como matriz de significados sociais nas sociedades indígenas sul-americanas, existe algo de comum entre eles: o corpo não tem apenas o qualificativo de suporte de identidade e papéis sociais, mas, também, o instrumento ou atividade que articula significações sociais e cosmológicas. Seria o corpo de uma matriz de símbolos e um objeto de pensamento ao mesmo tempo.

Esta matriz, na maioria das sociedades indígenas brasileiras, é a organizadora central, pois a fabricação, a decoração, transformação e

destruição dos corpos estão atrelados às mitologias, à vida cerimonial e à organização social.

Ressalta-se, neste complexo sistêmico corpóreo, uma fisiologia dos fluidos corporais (sangue, sêmen) e uma fisiologia dos processos de comunicação do corpo com o mundo (alimentação, sexualidade, fala e demais sentidos), que parecem perpassar as variações sociais que existem dentre estas sociedades em outros aspectos.

O corpo físico, no entanto, não é a totalidade do corpo, nem mesmo o corpo, a totalidade da pessoa. A dialética básica entre corpo e nome parece indicar que o "ego", nas sociedades indígenas, se define numa pluralidade de níveis estruturados internamente. Isto significa dizer que cada cultura cultua seus corpos segundo seus valores.

O corpo é o elemento pelo qual pode-se valorizar a pessoa, sem reificar nenhum grupo corporado (como os clãs ou linhagens), o que acarretaria a constituição de uma formação social completamente diferente das que se tem na atualidade, pois, as sociedades indígenas da América do Sul não se concebem como entidades político-jurídicas formais, residindo a estrutura lógica dessas sociedades num plano cerimonial ou metafísico.

Mais importante que o grupo, como entidade simbólica, aqui para os nossos ameríndios, é a pessoa. Se o idioma social Nuer era "bovino", estes aqui são corporais. Assim, os meninos prestes a se tornarem ho-

mens (seres sociais), devem ter seus lábios e orelhas furadas. Isto representa a penetração gráfica e física da sociedade no corpo e cria condições para engendrar o espaço da corporalidade que é, a um só tempo, individual e coletivo, social e natural.

Pois seria nestes papéis sociais que o sistema tribal recuperaria e construiria algo parecido com o nosso "indivíduo ocidental", o ego fora do grupo, refletindo sobre ele e, por isso mesmo, sendo capaz de modificá-lo e guiá-lo.

A Construção do Corpo na Sociedade Xinguana Segundo Viveiros de Castro (1987)

Para os Yawalapíti, sociedade indígena do Alto Xingu pertencente a família linguística Aruák, o corpo humano necessita ser submetido a processos intencionais e periódicos de fabricação.

Não dissociam, como em nossa sociedade, amadurecimento orgânico do processo de socialização. Desconhecem a concepção de homo duplex da metafísica Durkheimiana. Isto significa dizer que o corpo, nesta sociedade xinguana, não é apenas um suporte inerte de significados sociais, mas sim, que é produzido, fabricado socialmente, enquanto atividade humana que intervém sobre a matéria.

Esta concepção do corpo manipulado socialmente, fundamenta o en-

tendimento nativo sobre a geração da vida. Não admitem a criação e formação de uma nova vida, como fruto de apenas um contato físico entre um homem e uma mulher mediante troca de fluidos corporais.

O pai precisa trabalhar muito durante todo o período de gestação de sua esposa, mantendo periódicas relações sexuais com esta para que a sua obra (futuro ser humano) não fique inacabada.

Portanto, o homem com o seu sêmen é o responsável pela construção de seu filho, cabendo à sua mulher a função de abrigar e amparar biologicamente o indivíduo em gestação. Nesse caso, o homem assume a função social de pai construtor e a função biológica de macho reprodutor da espécie, respectivamente.

O homem não constrói apenas o corpo da criança no corpo da mãe, mas também, o faz externamente na reclusão pubertária de seu filho, quando os pais devem abster-se de sexo, administrar eméticos ao recluso e cuidar de suas necessidades.

A reclusão é concebida como mudança substantiva do corpo, o momento em que se troca, se muda de corpo, como também se forma ou se reforma a personalidade. Essas trocas ou mudanças são dignas de vergonha. A transição social é uma mudança corporal e esta é vergonhosa e deve ficar invisível, reclusa. O indivíduo, frágil nestas situações, depende de seu grupo de substância, para satisfazer suas necessidades mais elementares.

A reclusão também serve como um espaço para a privacidade, algo pouco comum na vida tribal, onde o "ego" tem todo o tempo do mundo para se enxergar, se apreciar e se manipular (masturbação).

A Pessoa na Educação Física

Assim como nas sociedades indígenas xinguanas, o profissional de Educação Física também constrói corpos socialmente.

Através das informações procedentes da Biomecânica, Cine-siologia, Fisiologia, entre outras, o profissional do movimento humano difunde e aplica conhecimentos científicos que dizem respeito ao "indivíduo".

Somos conhecedores do peso corporal ideal, da quantidade de gordura corporal necessária, da altura mais indicada para uma determinada modalidade esportiva, a melhor alavanca para um tipo de ação, enfim, temos as medidas médias ideais para inúmeras situações. A partir desses conhecimentos, estamos aptos a exercer a profissão e a responder aos anseios da sociedade, que espera exatamente o bom desempenho dessa especificidade da Educação Física.

O problema não está na boa formação dentro da especificidade da Educação Física, mas sim, no valor que se constrói e se reifica a partir dessas ferramentas que faz uso o profissional. Quero ressaltar aqui que, apenas a formação técnica do profes-

sional da área não dá conta de conscientizá-lo para o perigo de se trabalhar com parâmetros como os de “normalidade”.

Assim, quando dizemos, por exemplo, que determinado “indivíduo” está fora da média das medidas corporais ou dos padrões de “performance”, o discriminamos através do valor de ser mais ou menos, melhor ou pior, superior ou inferior, enfim, damos-lhe o passaporte para a marginalização.

Ao enfatizar a noção de “indivíduo” em detrimento da noção de “pessoa” através do uso do uniforme, da formação de colunas, da segregação entre meninos e meninas e da prescrição de atividades adequadas para cada sexo, o profissional de Educação Física reforça a idéia de que somos todos semelhantes.

Assim, a diferença não tem chance de se manifestar. E se a diferença não aparece, nunca teremos “pessoas”, mas sim, apenas “indivíduos” nas aulas de Educação Física. Talvez esteja aí uma justificativa para a atual crise de motivação em relação às aulas de Educação Física tradicionais, enquanto que o interesse por atividades esportivas de treinamento ou de lazer, tem aumentado.

Ao sufocar a diferença, acabamos por gerar a pobreza cultural oriunda da falta de diversidade. Talvez um dia formaremos bons executores, como os japoneses, mas teremos que importar criatividade, assim como estes o fazem hoje em dia.

Ao reconhecer e valorizar a diferença, sejam elas físicas, psicológi-

cas ou sexuais, estaremos dando chances à subjetividade humana de se manifestar e se realizar em cada ação motora. Talvez seja possível juntarmos competência com criatividade.

Considerações Finais

Percebe-se que a concepção de indivíduo ocidental surge de uma descontinuidade fundamentada em valores construídos, sem conexão com a realidade anátomo-biológica humana e as concepções de mundo reinantes.

Para o indígena, a concepção de pessoa está atrelada e consubstanciada no aparelho corpóreo, constituindo-se este, parte integrante e interacional da pessoa. Não tem apenas a função de espelhar os papéis sociais, mas a própria essência de cada pessoa, perante o mundo cosmológico de cada sociedade.

Portanto, deve-se ter o cuidado de não tomar a atual e crescente “corpolatria” de nossa sociedade, como uma tentativa de se aproximar do modelo interacional de “pessoa” das nossas sociedades indígenas.

O corpo, em nossa sociedade de consumo, serve mais de suporte a estereótipos relacionais que dizem respeito ao exterior, pois vivemos numa cultura da imagem, onde não importa muito o que se é, mas sim, o que você aparenta ser. Ou ainda, o que se tem que ser.

A prática pedagógica da Educação Física poderia ser repensada a partir das elocubrações teóricas aqui

registradas. Ao tomar consciência de que se está educando “entes” que possuem um eu individual (pessoa) e um eu social (indivíduo), a Educação Física, sem perder a sua especificidade, poderia valorizar em suas práticas pedagógicas a noção de “pessoa”. Ao resgatar a subjetividade através da adoção de outros valores, como o artístico, e o incentivo ao estilo motor dos seus praticantes, estará estimulando e motivando as pessoas para a atividade física.

Por fim, um questionamento tem que ser trazido a tona: A sociedade brasileira (considerando as suas características regionais), apesar de se estruturar oficialmente em princípios de um estado moderno (pautado na noção de indivíduo), dá prioridade à noção de pessoa. Qual seria então, o exato significado da Educação Física enquanto componente educacional, que trabalha com a corporeidade dessa cultura que reconhece o indivíduo, privilegia a pessoa e dicotomiza o ser?

Bibliografia

- BRUMANA, Fernando Giobellina. *Antropologia dos sentidos: introdução as idéias de Marcel Mauss*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983.
- DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro, Rocco, 1991.
- DUMONT, Louis. The individual as an impediment to sociological comparison and Indian history. In: *Religion, politics and history i. In India*. Paris, Mouton, 1970.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia, com uma introdução a Marcel Mauss, de Claude Levi-Strauss*. Tradução de Lamberto Puccinelli. São Paulo, EPU, 1974. pp. 209-240.
- MELATTI, Júlio César. A etimologia das populações indígenas do Brasil, nas duas últimas décadas. In: *Anuário Antropológico*. 1980. pp. 253-275.
- SEEGER, Albert & DAMATTA, Roberto & VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. In: *Sociedade indígenas e indigenismo no Brasil*, João P. de O. Filho (org.). Rio de Janeiro, Marco Zero, 1987, pp. 11-29.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A fabricação do corpo na sociedade xinguana. In: *Sociedade indígenas e indigenismo no Brasil*, João P. de O. Filho (org.) Rio de Janeiro, Marco Zero, 1987, pp.31-41.
- _____. Romeu e Julieta ou a invenção do Esta. In: VELHO, Gilberto (org.). *Arte e Sociedade*. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1978.